
O Ensino de Filosofia nas Escolas de Teresina(PI): Considerações Preliminares

Edna Maria Magalhães do Nascimento

Professora da UFPI e mestranda em Educação. Participam também da pesquisa, os professores, Helder Buenos Aires de Carvalho, Carmem Lúcia de Oliveira Cabral e Zoraída Maria Lopes Feitosa.

RESUMO

O artigo aborda os resultados preliminares da pesquisa em curso, denominada: O Ensino de Filosofia nas Escolas públicas e privadas de Teresina(PI) – Um diagnóstico exploratório dos níveis médio e fundamental. O texto registra a discussão sobre a pertinência do ensino de filosofia no fortalecimento crítico e intelectual da educação básica. Apresenta indicadores quantitativos e qualitativos da realidade do ensino de filosofia em Teresina(PI) com a finalidade de fazer um mapeamento deste objeto de estudo, considerando os seguintes aspectos: a presença da disciplina no currículo escolar; o tipo de gerenciamento; a carga-horária; a formação acadêmica dos professores e professoras; conteúdos programáticos; metodologia e tipo de avaliação, bibliografia básica que vem sendo utilizada e por último, a percepção que o educando tem da disciplina.

Palavras Chave: Filosofia, ensino de filosofia, saber filosófico, prática pedagógica.

ABSTRACT

This article records a discussion of the relevance of the education of philosophy to the critical and intellectual strengthening of basic education. It presents quantitative and qualitative indicators of the reality of the teaching of philosophy in Teresina, Piauí, with the goal of conducting a mapping of this object of study, considering the following aspects: the presence of the discipline in the school curriculum; how it is administered; the course hours; the academic training of teachers; program content; methodology and type of evaluation, the basic bibliography which has been utilized and finally, the perception that students have of philosophy.

Key Words: Philosophy, education of philosophy.

I - INTRODUÇÃO

O texto aponta dados preliminares da pesquisa em andamento acerca do ensino de filosofia praticado em escolas públicas e privadas da cidade de Teresina(PI). A finalidade deste trabalho é conhecer a realidade do ensino de filosofia através de um diagnóstico mais geral, de maneira que, se possa disponibilizar informações sobre o mesmo, para servir de subsídios à projeção de atividades dos profissionais da filosofia, bem como, à própria Universidade Federal do Piauí.

O ensino de filosofia sempre foi pouco definido quanto à sua inserção na educação básica. Esse ensino, havia sido excluído do currículo de 2º grau com a implantação da lei 5.692/71. Como sabemos, esta lei trouxe no seu bojo toda uma orientação de caráter técnico - profissionalizante, entendendo

uma educação pouco preocupada com o desenvolvimento do pensar crítico.

O movimento em torno da volta da filosofia ao ensino secundário, mobilou estudantes e professores desde o começo da década de oitenta, em prol da inserção da filosofia no currículo escolar, seja através de eventos científicos e acadêmicos, seja por meio da luta pela garantia formal da obrigatoriedade do ensino em termos da legislação educacional. Estas reivindicações se fundamentam na compreensão de que a filosofia pode ser uma competente ferramenta no desenvolvimento das habilidades de pensar do educando e, neste sentido, contribui com a investigação, o raciocínio, a formação de conceitos, além de propiciar a formação para a cidadania responsável.

Atualmente o papel da filosofia no ensino médio recebeu uma definição na nova LDBE (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), nº 9.394/96. Esta lei, como a avaliamos, traz, em virtude do que foi estabelecido em leis passadas, algumas mudanças significativas. O texto define a inserção da filosofia na formação do educando, porém, de forma muito genérica e sem esclarecer como será sua operacionalização, estabelece que "o aluno ao término do Ensino Médio demonstre conhecimentos de filosofia e sociologia para o pleno exercício de sua cidadania." Assim se refere o Art. 36, § 1º, inciso III. O problema é que essa "determinação" ambígua abre espaço para interpretações diversas acerca de como o conhecimento filosófico deve ser ministrado. A lei ao mesmo tempo que prescreve a obrigatoriedade da oferta do ensino de filosofia no nível médio, não especifica sua operacionalização como uma disciplina específica. No entanto, as escolas brasileiras estão cada vez mais introduzindo a filosofia como disciplina da grade curricular, interpretando corretamente o sentido de obrigatoriedade que subjaz no texto da lei.

No Piauí, o retorno da filosofia ao ensino médio já vinha sendo feito em algumas escolas privadas e públicas, na década de 90, com a expectativa de que este retorno possibilitasse aos alunos maior criatividade, uma visão de totalidade sobre os problemas do homem e do mundo e em vista de uma postura crítica em relação aos fundamentos valorativos da nossa praxes social e política. Nos últimos anos o ensino de filosofia no nível fundamental também vem sendo introduzido nas escolas brasileiras como inovação pedagógica, principalmente em algumas escolas privadas, defendendo a idéia de uma educação voltada para o pensar, através da proposta de uma filosofia para crianças produzida por Mathew Lipman, filósofo-educador americano². Embora tal ensino não esteja explicitamente determinado na nova LDB, sua temática aparece nos temas transversais propostos pelos parâmetros curriculares nacionais,

formulados pelo MEC em 1997.

O quadro do ensino de filosofia no nível médio tem sido objeto de trabalhos isolados, sem uma coordenação pelo Departamento de Filosofia da UFPI, e de alcance muito restrito; enquanto o ensino de filosofia no nível fundamental ainda não recebeu qualquer atenção no sentido do conhecimento de sua prática — embora em 1997 o DEFI tenha promovido um curso de treinamento, em convênio com o Centro Brasileiro de Filosofia para Crianças, para professores e estudantes.

Considerando que o ensino de filosofia tem se tornado uma realidade presente e factual, transcendendo aos aspectos formais da legalidade educacional, pois o mesmo já se encontra inserido na prática pedagógica das escolas teresinenses, e que é necessário nesta conjuntura discutir não só a importância da filosofia no currículo escolar, mas o tipo de filosofia que vem sendo praticado nas escolas é mister que se desenvolva este trabalho, visando capturar, quantitativamente e qualitativamente, de maneira sistemática, a realidade do ensino de filosofia em Teresina.

II - ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE O ENSINO DE FILOSOFIA.

A tarefa de compreender a prática pedagógica da filosofia passa necessariamente pela análise e o significado do que estamos considerando como filosofia e ensino de filosofia. Analisar a prática do exercício do ensino de filosofia é portanto compreender o significado deste conhecimento e o papel que o mesmo desempenha na educabilidade. É perguntar-se sobre a própria filosofia e o filosofar. Deste modo levantamos reflexões sobre o significado do ensino de filosofia e o perfil exigido do profissional que ministra a disciplina, assim como a própria especificidade da filosofia.

São estas dúvidas que povoam a

cabeça do professor de filosofia, afinal não basta ensinar filosofia é preciso, como afirmam, levar os alunos a filosofarem. Ou seja, a insegurança é pertinente uma vez que a exigência da prática do filosofar entre crianças e jovens requer uma maturidade intelectual do professor e uma formação teórica, não apenas dirigida ao exercício da pesquisa filosófica, uma metodologia capaz de refletirem a prática do exercício do docente de filosofia. Por isso, as dúvidas sobre o fazer filosófico, são matérias do próprio filosofar. A inquietação que perturba o pensamento do professor de filosofia, é uma questão filosófica.

Não é tarefa nossa levantar uma discussão conceitual sobre o que é filosofia, porém analisando o que compreendemos como filosofar, esperamos estar de uma certa forma abrangendo pelo menos parcialmente o primeiro conceito. Se o filosofar como se pode inferir é a constituição de hábitos e atitudes que favoreçam o pensar e o diálogo crítico e racional, podemos esperar que o mesmo ajude os estudantes a adquirirem a aptidão para formar opiniões e que sejam capazes de justificarem seus pontos de vistas racionalmente. Porém é preciso fazer desta reflexão um objeto potencializador da tarefa de colaborar com a sistematização da filosofia enquanto disciplina, no caso, da educação básica.

“Ensinar Filosofia: mas qual Filosofia? Em que consiste a especificidade do filosófico? E, se não há conteúdos básicos e métodos fixados, o que deve ser considerado o mínimo necessário para realizar uma suposta especificidade em termos de ensino?” (FAVARETTO, 77).

A exigência mais fundamental, a nosso ver, que se coloca para o ensino da filosofia nos níveis médio e fundamental é “o como fazer da aula de filosofia “filosofia” e não meramente cultura filosófica” (SOFISTE, 103), ou seja, como fazer com que o ensino de filosofia não se reduza ao fornecimento de um mero

conhecimento formal das doutrinas e sistemas da história da filosofia, confundindo as tarefas do ensino médio e fundamental com as do ensino superior — onde, ao contrário, essa cultura filosófica, em seu sentido pleno e positivo, é um dado essencial na formação do profissional da filosofia — no final das contas, não conseguindo enxergar o que seja o diferenciado papel da reflexão filosófica no processo de formação das pessoas nesses diferentes níveis.

Os níveis de ensino médio e fundamental não visam a formação do profissional da filosofia, mas a introdução desse tipo de reflexão na formação dos educandos, de tal maneira a oferecê-los um treinamento intelectual e cultural que lhes permita tomadas de posições autônomas e críticas em relação ao próprio conteúdo de sua cultura, ao sentido fundamental que está em jogo na experiência histórica na qual se encontram inseridos e da qual são também responsáveis pela sua produção, em suma, capacidade de reflexão sobre os eixos fundantes de sua própria práxis. Portanto, a tarefa do ensino de filosofia nesses níveis não pode confundir a exigência da rememoração, presente na atividade do filósofo, com a mera reprodução de conteúdos, de doutrinas filosóficas e autores do passado e do presente, tais como se apresentam, na maioria das vezes, os manuais destinados ao ensino médio e às turmas introdutórias no ensino superior.

Uma tal perspectiva distorcida da atividade filosófica é reforçada pela falta de preparo e de formação filosófica daqueles que a ministram nesses níveis de ensino, muitas vezes sem sequer ter tido qualquer contato anterior significativo e sistemático com os conteúdos da cultura filosófica verdadeira e do filosofar que lhe é intrínseca — historicamente. A formação filosófica dos profissionais de outros cursos, que não o de filosofia, é simplesmente exígua ou inexistente, constando mais freqüentemente apenas como um ornamento formal.

Nesse sentido, essa perspectiva exige do profissional que tem hoje a tarefa de ensinar a filosofia, um perfil no qual esteja incluído o domínio do instrumental filosófico da tradição — obtido no estudo sistemático da história e dos problemas da filosofia — com rigor, criticidade, independência intelectual e portador de um comportamento ético consciente e crítico da moralidade e da ordem política existentes. Um profissional, pelo menos no nível mais alto, com capacidade de acesso à maior parte da bibliografia especializada — mesmo aquela que não tem tradução para o português; capaz de manejar os mais diversos meios eletrônicos de informação, como a Internet; e com habilidade intelectual de dialogar com as outras ciências — desde as humanas, passando pelas ciências da natureza e chegando ao mundo cibernético, da alta tecnologia — na busca de solução para as questões filosóficas centrais que o tempo histórico exige. Um profissional capaz de lidar com o cientificismo, bem como de dar conta criticamente do mundo tecnológico em que estamos inseridos e das vertiginosas transformações que ele produz, de um lado, e do mundo social arcaico e atrasado em que ainda vivemos no Brasil e em alguns outros países, de outro lado.

Somado a isso, há a necessidade de que esse profissional também tenha o conhecimento adequado das pessoas com as quais ele vai trabalhar, tendo claro para si mesmo que vai lidar com educandos que estão num processo próprio de formação e desenvolvimento físico e intelectual, portanto, exigindo o domínio de técnicas de ensino adequadas aos diferentes níveis de ensino da filosofia. Um conhecimento que deve se estender também ao próprio papel que o ensino de filosofia tem na formação e constituição do pensamento da criança e do adolescente, de tal forma que o ensino filosófico possa ajudá-lo na consolidação de seu desenvolvimento intelectual, gerando algumas condições de suas possibilidades futuras como

um adulto pensante e crítico de sua realidade histórica e material.

Com esse perfil profissional é que se vai permitir ao professor de filosofia poder superar uma falsa dicotomia, que no mais das vezes se instala no coração da atividade pedagógica em função do desconhecimento da peculiaridade da filosofia, entre história vs. problemas, isto é., entre um tipo de ensino calcado na cultura filosófica, no conhecimento da história da filosofia e um outro tipo calcado na discussão em torno de problemas e questões específicas vinculadas ao cotidiano das pessoas, de tal forma que os educandos possam fugir da abstração inerente à cultura filosófica. Em tal visão dicotômica, a discussão de temas e problemas está separada da viagem pela cultura filosófica, do enfadonho percorrer dos sistemas. Equivocadamente, se está esquecendo que os sistemas filosóficos giram em torno de problemas, de questões vitais que emergiram em suas épocas, eles são respostas sistemática e organizadas às crises e necessidades de um povo e de uma época. Por outro lado, a investigação ou o debate em torno de problemas filosóficas não exclui o recurso à cultura filosófica, pois o aprofundamento da discussão necessariamente fará emergir as diferentes perspectivas em torno de certos problemas que diferentes filósofos oferecerão, tanto numa mesma época como em períodos históricos diferentes.

Dessas considerações de alguns traços permanentes da reflexão filosófica, suas implicações para a formação do profissional e do professor de filosofia, bem como para o seu ensino, podemos ainda traçar mais algumas implicações para o exercício dessa forma de saber na vida escolar do ensino médio e fundamental. E aqui continuamos a aproveitar os ricos apontamentos de FAVARETTO (1999) para a elaboração de uma concepção do papel da filosofia e da forma do exercício da atividade filosófica nesses níveis de ensino. O professor de filosofia não tem como definir questões relativas a conteúdos, procedimentos e

estratégias (o que deve ser ensinado?, o que pode ser ensinado?, como ensinar?) se ele não definir antes para si mesmo o lugar de onde está pensando e falando, ou seja, ele tem que se reconhecer de antemão como situado dentro de um contexto histórico-social, inserido em relações que o definem parcialmente como um sujeito histórico e portador de uma identidade, vivenciando alguma tradição de pensamento e de ação, da qual a reflexão filosófica é a busca de sua expressão mais sistemática e crítica. Esse pertencer a algum lugar e a alguma forma de pensar, a alguma tradição de pesquisa racional é um momento inicial necessário e que precede toda e qualquer definição de conteúdos e métodos, até mesmo porque esses estarão subordinados aos termos dessa definição que o professor tem de estabelecer ou reconhecer para si mesmo.

Outro aspecto é o caráter aberto do programa, uma característica necessária que advém da própria natureza da filosofia, vai exigir do professor a definição clara do que seja o filosofar que ele quer praticar com seus alunos.

"Platão pensava que a filosofia só podia ser ensinada de alma a alma, e os encontros em pequenos grupos fornecem a melhor maneira de transmitir o que há de emocionante na prática filosófica e as necessárias para ela. Num tal contexto o estudante pode testar idéias em direção à verdade, que serão então objeto de escrutínio construtivo pormenorizado por si próprio, pelos seus professores e pelos seus colegas." (MACINTOSH, J. 2000)

O professor certamente terá a liberdade de escolha de conteúdos, de fazer recortes na história da filosofia, nas diferentes áreas da filosofia ou utilizar temáticas diversas de acordo com seus interesses e competências particulares, levando em conta o elemento histórico ao qual ele e seus alunos estão vivenciando.

A busca de ideais de inteligibilidade, da articulação entre teoria e prática em termos

adequados, na direção de uma consciência filosófica, implica que se dê ênfase ao aprender, a abertura de um espaço escolar como condição para a experimentação de idéias e ações, um espaço essencialmente heterogêneo que proporcione ao estudante o enfrentamento com o diferente, o estranho e que dê vazão ao que Aristóteles considerou estar na base do conhecimento filosófico: o espanto, a insatisfação com o dado empírico, o factual, o estabelecido.

O trabalho do professor de filosofia, assim, não é dizer o que os alunos devem fazer, mas ser aquele que os convida a fazer juntos, a não reproduzir gestos propostos, mas permitir a construção do espaço heterogêneo da inteligibilidade que resulta da ruptura com as significações instituídas e fixadas do senso comum, com a prática do professor "narciso", incompatível com o verdadeiro exercício do filosofar.

Essas considerações sobre o ensino de filosofia, sua especificidade e o perfil do profissional que ministra as aulas de filosofia na educação básica, irão orientar o nosso olhar interpretativo, ao procedermos a análise da nossa realidade.

III - METODOLOGIA

A pesquisa buscou fazer um diagnóstico exploratório³ do ensino de filosofia nos níveis médio e fundamental, nas escolas privadas e públicas, na zona urbana da cidade de Teresina, PI. Quanto à população da pesquisa, a nossa amostragem foi definida pelos seguintes procedimentos:

1) Privilegiaríamos aquelas escolas que podíamos ter mais facilidade de acesso, através dos endereços e telefones das escolas públicas e privadas fornecidos pela Secretaria Estadual de Educação e pelo Sindicato das Estabelecimentos de Ensino do Estado do Piauí - SINEPE/PI, em 1999;

2) Pesquisariamos todas as escolas que

podéssemos alcançar com os recursos financeiros que dispúnhamos.

3) A meta original desejada era atingir a totalidade dos objetos de estudo definidos dentro desses limites, ou seja, todas as escolas da zona urbana de Teresina que continham a disciplina filosofia em seu currículo — as escolas municipais ficaram de fora por inexistir ensino de filosofia em seus currículos — entretanto, com a restrição dos recursos obtidos para financiamento da pesquisa, somada à baixa qualidade das informações fornecidas quanto a endereços e telefones das escolas, fizeram com que ficássemos com o escopo reduzido à amostragem que aqui apresentamos — embora a amostra obtida ao final seja estatisticamente significativa para os objetivos que pretendemos, isto é, oferecer um diagnóstico exploratório inicial dessa realidade.

De um total de 278 escolas públicas estaduais e privadas, no ensino médio e fundamental na zona urbana de Teresina (PI), identificamos 46 dessas escolas como oferecendo efetivamente a disciplina Filosofia. Foram identificadas 28 escolas públicas estaduais, das quais 8 confirmamos a oferta da disciplina filosofia, e 250 escolas privadas das quais 38 declararam ter a filosofia como disciplina no ensino fundamental e/ou no ensino médio. Entretanto, desse universo de escolas pretendido pela pesquisa, conseguimos atingir as 8 (oito) escolas da rede pública e 27 (vinte e sete) da rede privada. Teresina tinha, em 1999, 29 escolas públicas estaduais com ensino médio, sendo 28 na zona urbana e 01 na zona rural. Dessas 28 escolas da zona urbana, 7 (sete) ofereciam curso profissionalizante — sendo 4 o curso pedagógico e 3 escolas técnicas. Nossa amostra na rede pública está situada no interior das 21 escolas restantes que ofereciam o nível médio não profissionalizante, ou seja, nossa amostra de escolas públicas estaduais — 8 escolas pesquisadas — representava 38% do universo total das escolas públicas estaduais não profissionalizantes de nível médio.

Em relação à rede privada, conseguimos identificar, através das informações fornecidas pelo SINEPE/PI, a existência de um total de 250 escolas com nível médio e fundamental. Dessas 250 escolas, 38 ofereciam o ensino de filosofia, ou seja, 14,8% do total de escolas da rede privada ofereciam a disciplina filosofia nos níveis médio e/ou fundamental. Dessas 38 escolas identificadas, conseguimos investigar 27, ou seja, conseguimos alcançar o índice de 71,0% do universo de escolas com ensino de filosofia nos níveis médio e fundamental. Comparando com o total de escolas privadas na zona urbana de Teresina(PI), sem considerar se oferecem ou não o ensino de filosofia, nossa amostra da rede privada ainda representou 10,4%⁴.

Entretanto, convém lembrar que o quadro descritivo das escolas públicas estaduais em Teresina foi alterado sensivelmente de 1999 a 2000. O número total de escolas de nível médio pulou de 28 para 43 — alterando assim o percentual de nossa amostragem — e a rede estadual sofreu um re-ordenamento significativo de sua estrutura, que foram desde mudanças do tipo de ensino oferecido, quanto mudanças na matriz curricular para o ensino médio, destacando-se a implantação do ensino de filosofia em todas as escolas desse nível, com duas horas semanais na primeira série.

Para a coleta de dados, foram definidas variáveis privilegiando aqueles elementos da prática pedagógica que caracterizam e permeiam a prática de qualquer professor e escola e que, poderiam ser obtidos com um mínimo de conteúdo interpretativo de tal forma que pudesse ser quantificado e tabulados para se obter, um comparativo estatístico mínimo entre estes dados. Desta forma estabelecemos as seguintes variáveis genéricas: escolas com a disciplina filosofia; formação do professor da disciplina; programa da disciplina; bibliografia básica; articulação da disciplina filosofia com as outras disciplinas da escola; posição da disciplina na proposta de formação da escola e na concepção do professor que a

ministra; visão do educando acerca do valor da disciplina. Cada uma dessas variáveis genéricas foi desdobrada em sub-variáveis que melhor definiam os elementos a serem obtidos pela coleta de dados e que caracterizariam o universo da prática do ensino de filosofia que nos interessava trazer à tona. Os questionários foram formulados de tal maneira que essas sub-variáveis pudessem ser identificadas na tabulação e análise dos dados, permitindo um tratamento estatístico.

O que definimos como *formação do professor* é a titulação formal adquirida pelo mesmo no sistema educacional, envolvendo desde a formação de nível médio até a de nível superior, incluindo pós-graduação. A identificação da área e tipo de titulação obtida pelo professor da disciplina será um dado fundamental na caracterização do perfil do profissional que atua no ensino de filosofia e poderá nos explicar algumas das características que esse ensino apresenta em sua prática efetiva

Um outro dado quanto à formação do professor que nos interessou levantar foi o tipo de *expectativa que ele tem no tocante à sua qualificação profissional*, ao seu desejo de investimento na carreira, e assim em identificarmos em que medida a UFPI, através do DEFI, poderia atuar nessa direção. Dentro desse aspecto, queríamos também verificar se há alguma diferença significativa de expectativas profissionais entre professores da rede pública e privada.

Para analisar os planos de ensino docente partimos da compreensão que *programa de disciplina*, tal como o concebemos em sua integridade formal, é constituído pela delimitação dos seguintes itens importantes para traçar o perfil do ensino a ser oferecido: ementa, objetivos, conteúdo programático, metodologia de trabalho, instrumentos, sistemas de avaliação e bibliografia básico e complementar. Entendido e assim concebido, o programa é fonte importante para

estabelecermos o direcionamento sistemático que o professor e a escola pretendem com esse ensino. Assim, falta do mesmo se torna indicativo de que a escola e o professor atuam de forma circunstancial e sem objetivos claros, ou seja, não sistemática, o que revela uma falta de conhecimento da especificidade da disciplina e da prática adequada à especificidade dos seus conteúdos.

A análise dos programas nos permitiu, assim, responder às questões relacionadas à identificação do que é que está sendo priorizado como conteúdo de ensino nos programas de filosofia, as formas de avaliação adotadas e o propósito metodológico expresso do professor, de tal forma que nos possibilitem formular algumas hipóteses de pesquisas interessantes para um aprofundamento futuro na compreensão dessa realidade do ensino de filosofia no Piauí. Em relação ao conteúdo de ensino nos interessou determinar se há um predomínio de programas de tipo temático ou histórico. Programas temáticos são aqueles em que predominam uma abordagem não-histórica dos conteúdos filosóficos, sem assumir a direção de uma história da filosofia. Histórico são aqueles em que a concepção do que seja aprender filosofia está vinculada ao domínio da história da filosofia, ou seja, que todo e qualquer conteúdo objeto de ensino é sempre abordado do ponto de vista da história da filosofia, fazendo com que o estudante se introduza na discussão filosófica percorrendo os diferentes períodos históricos e principais autores da filosofia, subordinando os temas a esse percurso historiográfico.

Buscamos identificar também se há uma predominância ou não, nos conteúdos de ensino ministrados na disciplina filosofia, de conteúdos efetivamente de natureza filosófica. É muito freqüente a disciplina filosofia ser utilizada para repassar conteúdos de natureza não-filosófica estrita, especialmente quando o professor não tem formação específica na área. Essa nossa avaliação dos conteúdos teve como critério considerar apenas o que aparece

expresso nos programas, portanto, não leva em conta a prática efetiva do professor, uma vez que não fizemos esse acompanhamento. É importante lembrarmos que, embora os conteúdos possam ser considerados como filosóficos, a abordagem efetiva que o professor dá a eles pode não sê-lo e, nesse caso, destruir toda a natureza filosófica desses conteúdos. Somente uma pesquisa de caráter mais etnográfico nos permitiria garantir que os conteúdos expressos nos programas estariam sendo verdadeiramente abordados filosoficamente.

Além disso, procuramos identificar o tipo de avaliação que o professor utiliza predominantemente, seja através de provas que denominamos "objetivas", ou seja, provas nas quais o aluno tem disponível uma múltipla escolha para assinalar ou espaços em branco a serem preenchidos com nomes de conceitos ou autores; ou através de provas que denominamos "subjetivas", isto é, provas escritas em que o aluno tem de responder a questões abertas, por meio de respostas mais discursivas, não meramente as encontrando prontas, disponíveis à sua escolha, diferentemente de um tipo de ensino meramente repetitivo. Bom lembrar que aqui tomamos o termo "subjetiva" não significando a mera opinião pessoal do estudante, o reino do "eu acho", mas o caráter de ser elaborada discursivamente por ele.

Essas análises dos programas são necessárias para formularmos algumas correlações iniciais entre o conteúdo do ensino de filosofia e o tipo de escola, se pública e privada; o conteúdo do ensino de filosofia e a formação do professor; a metodologia empregada no ensino e a formação do professor; a avaliação da disciplina pelos alunos e a metodologia de ensino empregada pelo professor.

A *bibliografia básica* é caracterizada pelos livros e textos que o professor adota formalmente em sala de aula, quer seja

explicitado claramente no programa da disciplina apresentado por ele, quer seja na declaração verbal feita a esse respeito aos auxiliares de pesquisa durante a entrevista. Esse dado é importante para identificarmos se o material utilizado no ensino é predominantemente de manuais, livros discursivos ou temáticos, de textos esparsos ou dos textos dos próprios filósofos. Será interessante também para verificarmos a recepção entre nossos professores da recente bibliografia em filosofia produzida no Brasil, destinada principalmente ao ensino médio, revelando também um pouco do nível de atualização do trabalho desse professor.

Em termos de metodologia de ensino, em função mesmo da natureza de nossa pesquisa, buscamos identificar a predominância de quais formas de ensinar filosofia através de dois critérios mais gerais: o modelo tradicional, em que o recurso fundamental é a aula expositiva ministrada pelo professor; e o modelo discursivo, em que a aula dá ênfase ao debate e não meramente à exposição do professor, privilegiando os temas e as formas de apropriação e discussão dos mesmos pelos alunos. Essa informação será obtida levando em conta apenas o valor de face das respostas dos professores e dos alunos envolvidos no processo, bem como na análise dos programas da disciplina apresentados.

A *articulação da disciplina filosofia com as outras disciplinas da escola* consistiu na identificação, através do professor da disciplina filosofia, do tipo de integração que ele desenvolve no interior da escola com os outros colegas professores em relação à presença de temas filosóficos nas outras disciplinas que são retomados por ele em suas aulas; se os professores de outras disciplinas desenvolvem algum tipo de trabalho conjunto com ele, retomando temáticas filosóficas que emergem transversalmente nas aulas daqueles; enfim, se há um reconhecimento pelos professores de outras disciplinas do valor do ensinamento

filosófico, expresso não oralmente, mas na prática concreta conjunta com o professor de filosofia.

A posição da disciplina filosofia na proposta da escola foi indicada pela carga-horária dessa disciplina oferecida pela escola, pelos níveis de ensino em que ela é oferecida, bem como se a sua efetivação no currículo da escola foi feita antes ou depois da nova LDB; pela qualificação do professor contratado para ministrar a disciplina; e, por fim, pelo grau de articulação da disciplina filosofia com as outras disciplinas do currículo da escola. Uma escola que tem a disciplina filosofia com uma carga-horária de pelo menos duas horas semanais, com oferta da mesma em todos os níveis de sua atividade, fundamental e médio; que não a implantou apenas por determinação legal, mas por um reconhecimento de seu valor intrínseco na formação dos alunos; que contrata professores com formação em filosofia para ministrar a disciplina; e que desenvolve uma articulação dessa disciplina com as outras componentes de seu currículo, certamente que constitui um exemplo a ser seguido na correta aplicação do ensino em suas atividades e na formação adequada dos seus estudantes, pelo menos em seus aspectos mais formais.

A concepção do professor a respeito da disciplina filosofia consistiu na avaliação pessoal por ele emitida acerca da própria experiência com o ensino da disciplina, tal como registrado nos questionários respondidos e entrevistas gravadas, combinada ao tratamento que ele dá aos conteúdos na prática efetiva expressa no seu programa, na sua metodologia e na bibliografia por ele utilizada.

A visão do educando em relação à filosofia foi encontrada através da importância e valor que o estudante dá à disciplina filosofia nas opiniões emitidas pelos mesmos, bem como da especificidade que ele consegue perceber acerca da natureza da disciplina filosofia em relação às outras. A pretensão não foi obter um quadro completo, mas um pouco das

impressões iniciais desses estudantes que recebem o ensino de filosofia acerca desse mesmo ensino, num primeiro momento reflexivo deles acerca dessa experiência educacional. Isso foi importante também para compararmos a receptividade dessa disciplina entre os alunos da rede pública e da rede privada, bem correlacionarmos esses dados com a formação do professor, com a metodologia de trabalho e com o conteúdo do ensino oferecido.

Tais variáveis certamente que não nos permitem fazer um estudo analítico exaustivo e aprofundado sobre a realidade do ensino de filosofia nas escolas públicas e privadas em Teresina-PI, mas seguramente nos permitiram identificar em suas linhas mais gerais as concepções do ensino de filosofia que estão sendo operacionalizadas nas escolas, tal como isso se expressa na formulação dos conteúdos e na utilização da bibliografia, na metodologia com que os conteúdos são trabalhados, e como isso se relaciona com a formação do professor da disciplina. Elas nos permitem identificar o perfil do professor que ministra a disciplina, o formato geral de como ela vem sendo efetivada e os conteúdos predominantes. Enfim, elas nos fornecem um quadro geral inicial revelador da situação do ensino de filosofia que é essencial para o desenvolvimento de pesquisas futuras, proporcionando uma exposição de seus elementos mais gerais e nos fornecendo parâmetros iniciais para formulação de hipóteses de trabalho calcadas na realidade desse ensino em Teresina.

IV - A GUIA DE CONCLUSÃO

Considerando os dados levantados e a categorização empreendida para a análise diagnóstica sobre a situação do ensino de filosofia na educação básica das redes pública e privada em Teresina, obtivemos resultados importantes para a análise das condições em que o ensino de filosofia vem sendo construído. Nesta comunicação apresentamos as conclu-

sões preliminares decorrentes do procedimento de análise obtido até então, que limitou-se em apresentar o tratamento de quantificação de frequências enquanto ocorrências singulares correspondente a cada variável, não avançando, contudo, no tratamento estatístico para além da leitura frequencial e sua correspondência em percentuais. Tomamos por base uma estatística geral da realidade do ensino de filosofia colhida a partir da categorização expressa nos elementos selecionados como indicadores da prática do ensino.

Das 35 escolas pesquisadas que mantém a disciplina filosofia na grade curricular, 27 eram gerenciadas pela rede privada de ensino - 77,1% da amostra total - e 8 pelo poder público estadual - 22,9% da amostra total (Quadro 1, anexo). Os dados obtidos nos mostram e, levando em conta as informações fornecidas pela Secretaria de Educação do Estado do Piauí, revelam, no geral, um quadro favorável ao ensino de filosofia no nível médio e fundamental em Teresina - e daí poderemos especular que provavelmente isto possa se refletir no interior do Estado. Ainda sobre o gerenciamento a pesquisa pode revelar também que no tocante à rede pública estadual, a SEED/PI tem uma política clara de implantação da filosofia como disciplina na sua rede de nível médio, conforme revelam a Grade Curricular de 1999 e a Matriz Curricular de 2000. Na Matriz curricular de 2000 a disciplina filosofia compõe um dos núcleos da Base Comum Nacional, revelando um claro crescimento de sua importância institucional e do seu valor no ensino médio.

A nós era salutar o papel da nova LDBE no processo de inserção da filosofia no nível médio, tanto na rede pública, como na privada e este parâmetro legal nos conduziu a identificar se a implantação da disciplina nos currículos da educação básica foi uma resposta positiva à orientação da nova LDBE. O que os dados comprovam é que a maioria das escolas (65,7%) observou o indicativo legal quando implantou a disciplina - ver Quadro 2, anexo. O

que demonstra, a nosso ver, que a LDBE está sendo interpretada corretamente pela maioria das escolas como indicando a obrigatoriedade deste ensino e, para cumprir adequadamente aquilo que ela prescreve, implantando-o como disciplina específica. Este dado também nos permitiu identificar a predominância do ensino de filosofia no nível médio de ensino. No entanto a presença da filosofia no nível fundamental é uma realidade. A década de 90 foi muito promissora para o ensino de filosofia em Teresina na rede privada, pois houve uma crescente inserção da disciplina no nível fundamental, incentivada a partir da proposta de Matthew Lipman do programa "Filosofia para Crianças - Educação para o Pensar".

No tocante à carga-horária da disciplina filosofia ofertada pelas escolas, constatamos que a mesma é incompatível com as exigências do trabalho pedagógico da disciplina, pelo fato de ser bastante reduzido este tempo, inviabilizando a dinâmica das aulas dialogadas e discursivas, ou seja, o curto espaço de tempo (1 hora-aula semanal) não permite o filosofar que se pretende - o exercício do pensar filosófico através de motivação para a leitura, a problematização e discussão das questões filosóficas propostas e emergidas do diálogo. Pudemos verificar nos depoimentos dos professores um certo grau de insatisfação em função desta limitação.

Sobre a formação do professor de filosofia, buscamos através destes dados caracterizar o perfil deste profissional, uma vez que entendemos que a qualificação é uma exigência de todo professor e a filosofia mais do qualquer outra disciplina depende da qualidade e da especificidade desta formação. Identificamos que 86,1% dos professores pesquisados possuem titulação em nível de graduação (destes 8,3% também possuem pós-graduação). Os 5,6% restantes têm apenas o nível médio profissionalizante, ministrando filosofia no nível fundamental. É um dado positivo que a disciplina esteja sendo ministrada por

portadores de curso superior. E esses professores demonstraram expectativa na formação continuada, manifestada através do desejo de cursarem pós-graduação ou outros cursos de qualificação. Cerca de 61,1% manifestaram interesse em fazer pós-graduação e 25% se interessaram por outras formas de aperfeiçoamento.

Outro dado que nos chamou atenção em relação ao professor foi o fato de termos ainda nesta amostra obtido um percentual de 38,9% dos professores de filosofia sem formação filosófica ministrando a disciplina. É preocupante e exige das entidades e instituições do campo da filosofia, medidas que garantam a atuação do professor de filosofia neste domínio.

Em termos de formação universitária do professor de filosofia, 61,1% deles tem formação específica em filosofia, aparecendo pedagogia, em segundo, com 22,2%; aparecendo ainda História (5,6%) e Enfermagem (2,8%) - Quadro 8. Esse dado é importante porque nos mostra a composição daqueles 38,9% de profissionais sem formação filosófica específica. Mesmo os pedagogos, que em tese teriam também alguma formação filosófica no currículo, não têm a competência técnica devida para ministrar a disciplina. Primeiro, porque a formação filosófica que recebem no currículo é consensualmente insuficiente, não possuindo condições de manusear a tradição filosófica e a variedade das ferramentas analíticas da reflexão filosóficas: segundo, mesmo aquela formação que recebem é direcionada para o campo da filosofia da educação. Ou seja, mesmo o pedagogo, em relação à sua formação, é seguramente um limitador das possibilidades de ensinar filosofia na sua especificidade epistemológica.

Identificamos outras formações universitárias que o professor possui como segunda formação e dentre estas, destacamos com mais frequência a presença do profissional formado em Teologia (11,1%) e Pedagogia (5,6%). Dos

professores pesquisados 27 deles (75%) não possuem uma Segunda formação universitária.

Um elemento importante a respeito do professor que ministra a disciplina filosofia é que ele não tem possibilidade de se dedicar ao estudo da filosofia. O professor de filosofia em sua maioria, 94,4%, também ministra outras disciplinas. O que nos leva a concluir que devido à sua limitação de carga-horária na sua área de atuação, este necessita ampliar sua atividade de trabalho em outros campos, fazendo com que, seguramente, o nível do ensino que ele ofereça seja precarizado pela falta de estudos e de pesquisas, resultando, quiçá, num ensino crescentemente defasado.

Em relação ao tempo que o professor ministra a disciplina filosofia na carreira profissional, constatamos que, no geral, a maioria dos pesquisados ministra a disciplina há bem pouco tempo, ou seja, 19,4% declarou que leciona filosofia há menos de 1 ano e, se acrescentarmos o tempo para menos de 2 anos, o percentual sobe para 33,3%. Este dado nos permite identificar que, embora desde a década de oitenta esta disciplina esteja presente em algumas escolas, só muito recentemente a presença da filosofia tem sido registrada com mais frequência, conseqüências de experiências exitosas com a disciplina e especialmente pela orientação estabelecida na nova LDBE.

Nos interessou compreender também a maneira como a prática do ensino de filosofia está sendo realizada. Dadas aquelas categorias construídas para trabalhar a análise dos programas de disciplina e considerando também as respostas obtidas pelos professores através dos questionários aplicados, pudemos ver que os programas das disciplinas, em 51,4% da nossa amostra, não estão sendo organizados de maneira sistemática. Os conteúdos são, na maioria dos casos, agrupados em unidades de ensino, mas sem haver uma proposta clara contendo os elementos do planejamento, isto é, desde os objetivos da disciplina, procedimentos didático-metodológico, avaliação e biblio-

grafia básica. Vimos que em algumas situações o professor segue o sumário do livro adotado. O que isso denota é um tipo de organização do trabalho pedagógico ainda muito contingencial, sem uma clareza dos objetivos e procedimentos que devem guiar o trabalho do professor.

Sobre a abordagem do conteúdo ministrado na disciplina filosofia, tal como aparece explicitada nos programas, predomina fortemente nas escolas pesquisadas – 70,3% – aquela abordagem de caráter temático, isto é, os conteúdos são trabalhados na forma de temas e questões do campo da filosofia, julgadas pertinentes à investigação filosófica por crianças e adolescentes, sem haver uma ênfase na história. Questões relativas à importância da filosofia, as questões morais e políticas, temas relativos à reflexão filosófica sobre a afetividade (amor, amizade), sexualidade, investigações lógicas, dentre outros, aparecem como temas de ensino.

O que esse dados obtidos dos programas apresentados trazem à tona é, primeiro, a questão teórica de como devem ser ensinados os conteúdos filosóficos, uma discussão que ainda não foi estabelecida entre nós devidamente: e, segundo, é a questão empírica acerca das razões produtoras dessa escolha hegemônica da abordagem temática nas escolas de Teresina. A nossa suspeita é de que parte da responsabilidade disso esteja no formato adotado pelos livros didáticos destinados ao ensino de filosofia, seja porque não se adequam às necessidades do professor e dos alunos e aí obrigam o professor a pinçar temas fragmentados, seja porque já tem esse formato presente em alguns dos manuais utilizados, não exigindo muito esforço da parte do professor para utilizá-lo.

Poucos professores (8,1%) trabalham com programas nos quais a abordagem histórica predomina, ou seja, aquela que discorre sobre os sistemas filosóficos nos períodos da história da filosofia. A nosso ver, essa tendência representa uma característica

importante, pois, em princípio, a predominância do conteúdo temático, oferece uma melhor adequação ao nível de ensino e à proposta do filosofar, do exercício deste saber entre crianças e jovens.

Na análise dos programas apresentado, procurou-se verificar também se a natureza desse conteúdo ministrado na disciplina filosofia poderia ser considerada efetivamente filosófica, isto é, se os conteúdos previstos envolviam temáticas filosóficas. Nos programas verificou-se que o conteúdo selecionado na disciplina não estava fugindo das discussões do campo filosófico, ou seja, há uma compreensão do professor acerca das temáticas deste saber e a forma de abordá-lo. A frequência de 75,7% dos conteúdos programáticos analisados como sendo predominantemente de natureza filosófica nos indica que a filosofia dentro de sua especificidade vem sendo observada.

Em relação ao tipo de bibliografia utilizada na disciplina filosofia, há uma grande predominância da utilização de manuais de ensino (78,4%); poucos professores trabalham com textos dos próprios filósofos ao abordarem as temáticas estudadas na disciplina (5,4%) e uma parcela declarou utilizar apostila do colégio ou textos preparados por eles mesmos em sua atividade didática (8,1%) (Quadro 18). O preocupante é que os manuais de ensino possam vir a se constituir como as únicas fontes de referência para o professor e para sua didática. Manuais de ensino funcionam quando o professor de filosofia tem a capacidade de transcender, na sua prática, as limitações e parcialidades que eles inevitavelmente carregam: e isso só acontece quando ele tem outros materiais de apoio disponíveis para o seu trabalho. O papel da biblioteca da escola nesse processo é fundamental, entretanto é reconhecida a pobreza das bibliotecas escolares, quer seja na rede pública, quer seja na rede privada. Relacionamos também os principais livros didáticos citados pelos professores como fazendo parte de seu trabalho didático.

Outro item investigado foi o tipo de metodologia predominantemente utilizada pelo professor de filosofia em suas atividades de sala de aula. Os dados revelaram que a maioria que ministra a disciplina filosofia (54,1%) considera que desenvolve aulas do tipo discursivo, no qual há um eixo dialogal e um exercício crítico do pensamento; somente 21,6% deles declararam trabalhar com uma metodologia de ensino na qual predominam aulas expositivas; um terceiro grupo de professores (16,2%) declarou que desenvolve as duas propostas metodológicas, tanto a expositiva como a discursiva. Analisando, neste primeiro momento, os dados gerais sem estabelecer cruzamentos de variáveis, podemos inferir que o professor declara utilizar uma metodologia apropriada ao trabalho filosófico, no entanto esta investigação só possível numa pesquisa qualitativa que possa acompanhar através de observação sistemática a prática do ensino de filosofia.

No tocante ao tipo de avaliação que o professor utiliza no ensino de filosofia, há uma predominância clara no discurso dos professores em relação à avaliação do tipo subjetivo, embora seja sensível ainda à presença de avaliações objetivas, decorrentes das exigências das instituições de ensino, contrariando o esforço de apropriação do filosofar enquanto um exercício crítico do pensamento. Os dados revelam que a maioria dos professores (56,8%) declarou fazer avaliações do tipo subjetivo, contra 18,9% que utilizam apenas avaliações do tipo objetivo.

Em relação à avaliação da disciplina pelos estudantes, os dados confirmam uma recepção altamente positiva dos estudantes. Cerca de

90,4% dos estudantes avaliaram positivamente a oferta da disciplina, aprovando sua inserção no currículo escolar, contra apenas 9,6% que a avaliaram negativamente. O que esses dados revelam é o estado de abertura favorável do estudante do ensino básico para a disciplina filosofia.

As razões dessa abertura podem residir na compreensão de que o ensino de filosofia lhes proporciona ferramentas conceituais para explorar e investigar de forma racional e crítica os mistérios do mundo humano, fazendo com que eles cheguem a se iniciar no exercício do pensamento rigoroso e sistemático, de tal forma a lhes propor um estofo conceitual e experiencial que o permita situar-se no seu tempo. Os estudantes também conseguem perceber uma certa especificidade no trabalho da disciplina filosofia, de maneira que, é possível compreender, embora de forma muito espontânea, a natureza do conhecimento filosófico e sua distinção frente a outros campos de saber.

Estes dados foram catalogados e até o momento, representam uma tentativa de compor o quadro relativo ao ensino de filosofia nas escolas públicas e privadas da zona urbana de Teresina. Como trata-se de um projeto em andamento, mostramos resultados preliminares, o relatório final apresentará um quadro mais complexo desta realidade, pois, visa elaborar também uma análise sobre os dados comparativos entre escola pública e privada, para delinear mais precisamente esta situação relativa as condições em que a filosofia enquanto disciplina do currículo escolar da educação básica vem sendo desenvolvida.

BIBLIOGRAFIA

- BEZERRA, M.P.S. & PEREIRA, R.M.A. O desenvolvimento do pensar crítico nos cursos de magistério 2º Grau. Teresina, UFPI, 1990. (Mimeografado)
- CABRAL, C. L. O. A prática do ensino de filosofia no 2º Grau: questões teóricas/práticas.

CARRILHO, Manuel Maria. Razão e Transmissão da Filosofia. Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1987.

CARTOLANO, M. T. P. Filosofia no ensino de 2º Grau. São Paulo, Cortez/Autores Associados 1985.

CEEFILO – Comissão de Especialistas de Ensino de Filosofia. Descrição, Situação da área, padrões da área, de qualidade e roteiro de avaliação para fins de autorização de projetos de cursos de graduação em filosofia. Brasília, MEC, 1998

EDUCAÇÃO: LEGISLAÇÃO BÁSICA. Teresina, Secretaria de Educação/Conselho Estadual de Educação, 1997.

FAVARETTO, Celso F. Notas sobre o ensino de filosofia. IN: MUCHAIL, S. T. (Org). A Filosofia e seu ensino. Petrópolis, Vozes/EDUC, 1995. pp.77-85.

GIANNOTTI, José Arthur. Reverência à nossa profissão. Novos Estudos. 54, (1999): 5-10.

GALLO, S. & KOHAN, W. O. (org). Filosofia na Escola. Vol. IV: Filosofia no Ensino Médio. Petrópolis, Vozes, 2000.

HÜHNE, L.M. (Org). Política da Filosofia no 2º Grau. São Paulo, Sofia Editora, 1986.

HORTA/LARA/OLIVEIRA. O ensino de filosofia no nível do 2º Grau na escola pública e privada de Minas Gerais. Belo Horizonte, PUC-MG, 1991.

KOHAN, W. & CERLETTI, A. A filosofia no ensino médio. Brasília, Editora UnB, 1998.

LEI Nº 9.394/96. Diretrizes e Base da Educação Nacional. Editora do Brasil S.A., 1996.

LEITE, M.C.B. & SOUZA, I.C. (Coord.). Relatório da Pesquisa sobre a volta da filosofia ao 2º Grau. Teresina, DEFI/UFPI, 1984

MACINTOSH, Jack. Ensinar Filosofia. Tradução Paulo Ghiraldelli. Texto do Portal filosofia de filosofia: [www. Filosofia.pro.br](http://www.Filosofia.pro.br)

NETO, H. N. (Org). O Ensino de Filosofia no 2º Grau. São Paulo, Sofia Editora, 1986.

PALÁCIOS, Gonçalo A. De como fazer filosofia sem ser grego, estar morto ou ser gênio Goiânia, Editora UFG, 1998.

PEREIRA, R. M.A. & SOUZA, F.M. (Coord.). Relatório Parcial. Projeto Filosofia em Intercâmbio. Teresina, UFPI, 1995. (Mimeografado)

ROQUE, Deputado Padre. Projeto de Lei da Câmara n.º 3.178/97, Senado Federal n.º 9/2000.

SEVERINO, Antonio J. A filosofia contemporânea no Brasil: conhecimento, política e educação Petrópolis, Vozes, 1999a.

_____. A expressão atual da filosofia no Brasil e o desafio da historicidade.

HYPNOS. 4, 5 (1999b): 318-325.

SILVA, L. C. M. O Ensino de Filosofia da UFPI precisa melhorar. Relatório final Bolsa de Iniciação Científica. Teresina, UFPI, 1999. (Mimeografado)

SOFISTE, J. G. A filosofia para crianças e o ensino da filosofia. Ética e Filosofia Política.

3, 2 (1998): 103-119.

STUART, Susan. Philosophy Self-Assessment Exercises on the Web at Glasgow University.

The APA Newsletters. Volume 99, I (1999): 23-25.

VAZ, Henrique C. Lima Morte e Vida da Filosofia. Síntese Nova Fase. 18, 5, (1991): 677- 692.

NOTAS FINAIS

¹ A pesquisa em questão é uma atividade exercida pelo NEFI – Núcleo de estudos sobre o Ensino de Filosofia

² *Filosofia para Crianças* foi trazida para o Brasil por Catherine Yong Silva (1937 – 1993) no ano de 1984, para difundir a metodologia dos diálogos filosóficos de Matthew Lipman.

³ O termo "exploratório" se usa aqui no sentido de nosso diagnóstico não ter a pretensão de esgotar a caracterização do nosso objeto de estudo, mas sim de fornecer pistas iniciais para um posterior percurso nesse universo de pesquisa, permitindo a formulação de hipóteses de pesquisa mais consistente e mais próximas da realidade, bem como formar recursos humanos, testar instrumentos e aperfeiçoar o projeto da pesquisa visando ampliar seu escopo até o objetivo inicial.

⁴ Alertamos que esse número de escolas privadas é flutuante de ano para ano, em função do grande número de escolas que abrem e fecham as portas todo ano.